

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA
ESPECIALIZAÇÃO EM PERÍCIAS MÉDICAS

VITOR JORGE WOYTUSKI BRASIL

**A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE
NA PERÍCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR: RELATO DE CASO**

CURITIBA
2023

VITOR JORGE WOYTUSKI BRASIL

**A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE
NA PERÍCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR: RELATO DE CASO**

Artigo apresentado à Especialização em Perícias Médicas, do Departamento de Saúde Coletiva, do Setor de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à conclusão do Curso.

Orientador: Prof. MSc. Raffaello Popa Di Bernardi.

CURITIBA

2023

RESUMO

A saúde mental dos profissionais de saúde é um tema de extrema relevância, especialmente considerando os desafios do local de trabalho integrando-se aos determinantes sociais de saúde. O objetivo do relato de caso é discutir os aspectos que envolvem a capacidade laboral através dos quesitos periciais médicos a possível interação destes com os determinantes sociais de saúde que possam ter alguma influência na autonomia do trabalhador. O caso relatado tem como ponto central de discussão uma paciente feminina, 35 anos, parda, divorciada, residem com ela, a mãe de 73 anos e o filho de 7 anos. Histórico profissional: assumiu cargo público de técnica de enfermagem em Hospital terciário em uma cidade metropolitana no Sul do país. E demitida por não atingir a nota técnica mínima no período de experiência. Histórico social: o irmão morreu de COVID-19 em 2021 na cidade de Manaus-AM, quando após o ocorrido ela resolveu vir para o sul, com uma expectativa futura de retornar para o Norte. É a única filha e principal provedora da família, sendo cuidadora da mãe, que tem problemas de mobilidade, e do filho, que é autista. Possui tratamento prévio para ansiedade, omitido no exame admissional, com agravamento após a primeira avaliação de desempenho laboral. Discutiu-se a inserção dos determinantes sociais de saúde como fatores que influenciam a saúde das pessoas, como a renda, a educação, o acesso a serviços de saúde e a discriminação, bem como as possibilidades destes determinantes terem influenciado a aptidão laboral da periciada.

Palavras-Chave: Determinantes sociais de saúde; Saúde mental; Saúde do trabalhador

ABSTRACT

The psychological well-being of medical professionals constitutes a topic of utmost significance, especially when considering the intricate challenges presented by the workplace which are intertwined with the social determinants of health. The objective of this case study is to explore the elements that impact the functional capacity in terms of medical forensic standards and the potential interactions thereof with social health determinants that could potentially influence the autonomy of the employee. The focal point of this case revolves around a female subject, aged 35, of mixed race, divorced, residing with her elderly mother, aged 73, and her young son, aged 7. Professional background: she was appointed to a governmental position as a nursing technician at a tertiary-level hospital in a metropolitan city in the southern region of the country. Her employment was terminated due to her inability to achieve the requisite technical score during the probationary tenure. Social background: her sibling passed away due to COVID-19 in 2021 in Manaus-AM, subsequent to which she opted to relocate to the southern part of the country, with aspirations to return to the northern region in the future. She is the only offspring and the principal provider for her family, assuming the role of caregiver for her mother who has mobility challenges, and for her son who is diagnosed with autism. She had previously sought treatment for anxiety, which was not disclosed at the time of her employment medical examination, with a deterioration in condition following her initial occupational performance review. The discussion encompassed an analysis of social health determinants as pivotal factors influencing

individuals' health status, including aspects such as income level, educational attainment, accessibility to healthcare services, and experiences of discrimination, as well as contemplations on how these determinants may have impacted the subject's occupational competence.

Keywords: Social determinants of health; Mental health; Worker's health

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	MÉTODOS	8
3.	RELATO DO CASO	9
4.	DISCUSSÃO	12
5.	CONCLUSÃO	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1. INTRODUÇÃO

A definição de saúde mental está inserida de forma ampla e consolidada da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), no conceito de saúde, ao qual define como "*um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade*". Ela enfatiza que a saúde mental é um componente essencial da saúde global e destaca a importância de promover e proteger a saúde mental em todos os estágios da vida.

Os transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias representam 10% da carga global de doenças e 25,1% da carga de doenças não fatais. A economia global perde cerca de 1 bilhão de dólares por ano em produtividade devido a distúrbios de saúde mental, considerando-se apenas a depressão e a ansiedade.

De forma mais contundente, a saúde mental pode ser considerada um estado de bem-estar emocional, psicológico e social no qual um indivíduo é capaz de lidar com os desafios da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para a comunidade. Ela engloba aspectos como: capacidade de gerenciar emoções, gerenciamento do estresse, estabelecer relacionamentos saudáveis, tomar decisões e enfrentar adversidades (OMS, 2023).

Dentre os distúrbios incluídos no rol das doenças vinculados a saúde mental, numerosos estudos destacam o distúrbio de maior prevalência como os distúrbios de ansiedade e com os de grande complexidade como o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) que é uma condição crônica caracterizada por ansiedade excessiva e preocupação persistente em relação a várias áreas da vida, como trabalho, saúde, família e finanças. Classicamente, os sintomas do TAG incluem inquietação, fadiga, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular e perturbação do sono (OMS, 2014).

Pelo contingente de profissionais em saúde no contexto global, o quesito saúde mental nesta categoria é um tema de extrema relevância, especialmente considerando os desafios e os fatores estressores inerentes aos locais de trabalho que enfrentam na sua profissão, desempenhando um papel fundamental no seu bem-estar geral e na qualidade do cuidado que oferecem aos pacientes.

A partir deste contexto da saúde mental e seu impacto nas relações de trabalho, o objetivo deste relato de caso é discutir os aspectos que envolvam a capacidade

laboral através dos quesitos periciais médicos e sua possível interação destes com os determinantes sociais de saúde que possam ter alguma influência na autonomia do trabalhador

2. MÉTODOS

Coleta de dados secundários de prontuário médico da Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho, processo judicial civil trabalhista e processo administrativo SEI entre os meses de maio a agosto de 2023, de empregada pública federal em período probatório.

3. RELATO DO CASO – LAUDO DE PERÍCIA

3.1. Identificação do Paciente

JNF, brasileira, parda, nascida em 02/01/1988, divorciada, residente e domiciliada em Curitiba - PR desde 01 /12 / 2022 com sua mãe, de 73 anos e seu filho, de 07 anos.

3.2. Histórico Profissional

Exercia na cidade de origem, Manaus - AM, a função de professora de química, tem graduação em Administração e curso técnico de enfermagem, mas refere que não tinha atuado na área. Assumiu o cargo público em regime de CLT, em 01/12/2022, para atuar como técnica de enfermagem em hospital terciário, para uma jornada laboral de 36 horas semanais, não exclusiva. Sendo inserida no Centro de Terapia Semi-Intensiva adulto, para atuação direta na assistência de pacientes críticos e de alta complexidade de segunda a sábado/domingo das 13h00 às 19h15. Realizou processo administrativo para redução de 50% da sua jornada de trabalho, para ter uma maior dedicação ao tratamento de seu filho. Rescisão contratual por parte da empregadora, no dia 24/02/23, pois ela não obteve aproveitamento funcional conforme estipulado no Plano de Tarefas, durante o período de experiência de 90 (noventa) dias, sendo necessário para admissão 60 pontos, e obteve 57. Refere que atualmente está sem qualquer vínculo empregatício e sem exercer atividades remuneradas (agosto/23).

3.3 História Social

Reside com sua mãe, de 73 anos, deficiente física(sic) e seu filho de 07 anos, autista, teve falecimento do irmão em 2021 por COVID-19 durante a “crise de Manaus”. Relata que veio para Curitiba na expectativa de retornar para a sua cidade ou para o Ceará após 1 ano, por meio do banco de oportunidades. Refere que não tem mais plano privado de saúde pelos custos instituídos e o plano privado de saúde não teria cobertura no Estado do Paraná. Alega que desde o falecimento do seu irmão, passou a ser a única filha provedora da estrutura familiar atual sendo a cuidadora familiar da sua mãe (viúva), que possui déficit motor, devido à gonartrose nos joelhos e hérnias de disco vertebral. Refere que a sua genitora cessou as sessões de fisioterapia e seu filho parou com suas terapias (fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional). Com

a paralisação destes tratamentos, refere agravo das crises diárias de ansiedade, com consequente prejuízo no desempenho laboral.

3.4. História Clínica Dirigida

Apresenta tratamento prévio com acompanhamento médico de Manaus, via on-line, devido distúrbio de ansiedade, condição esta omitida no exame admissional. Refere agravo de quadro de ansiedade no 11/01/23 quando foi realizada a primeira avaliação de performance laboral, onde obteve um coeficiente muito baixo (48 pontos/100), está na fila da Unidade Básica de Saúde (UBS) para acompanhamento psicológico e psiquiátrico. No dia 12/01/23, refere que foi à UBS e realizou consulta médica, onde relatou que estava com dificuldade para dormir, sendo prescrito Clonazepam, com o intuito de melhorar o sono e ficar mais tranquila. No dia 18/01/23 procurou a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST), onde teve uma consulta com o médico assistente e encaminhou a mesma ao atendimento psicológico vinculado à referida unidade, devido quadro de saúde mental e possibilidade de assédio moral. Em receita do dia 10/01/23 de profissional médico da cidade de Manaus - AM foi prescrito medicamentos psicotrópicos e antidepressivos. Apresenta associado quadro de obesidade. Nega outros distúrbios, refere a atividade física regular com caminhadas diárias. Nega tabagismo e etilismo.

3.5 Exames complementares

Nada consta

3.6 Diagnósticos constatados

Ansiedade generalizada - CID 10: F 41.1

3.7 Informações complementares

No dia 27/02/2023 a funcionária inicia ação na Justiça do trabalho contra a empregadora, onde a requerida elabora os seguintes quesitos periciais para sua defesa conforme texto a seguir:

“1 - A autora faz uso de medicação de uso contínuo para transtorno mental? Em caso positivo, informar a data do início do tratamento.

2 - A autora faz acompanhamento com médico especialista em psiquiatria (com RQE)? Em caso positivo, o tratamento se dá de forma presencial? Há quanto tempo realiza tal tratamento?

3 - A autora realiza tratamento psicoterápico? Em caso positivo, há quanto tempo?

4 - Qual a qualidade de sono da autora no período em que laborou na empresa X?

5- No período em que laborou junto à empresa X, fez uso de medicamentos para dormir?

6 - Durante o vínculo com a empresa X, qual o conceito a autora obteve nos quesitos pontualidade e assiduidade?

7 - Qual o tempo de formação da autora na área de saúde? Informar o ano de formatura nas áreas de Técnico em Enfermagem e Enfermagem.

8 - Em quais locais exerceu atividades profissionais na área assistencial, antes de ingressar na empresa X?

9 - A autora laborou em outro Complexo Hospitalar antes de ingressar no Hospital X?

10 - Durante o vínculo contratual com a empresa X, a autora procurou a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho da empresa X? Em caso positivo, qual foi o serviço? Houve alguma providência por parte do serviço?

11 - A empresa X concede aos empregados que possuam como dependente pessoa com deficiência, o benefício auxílio pessoa com deficiência. A Autora formalizou junto à Divisão de Gestão de Pessoas requerimento para recebimento de tal benefício?

12 - A autora detém conhecimento teórico-prático suficiente para exercer a função de Técnico em Enfermagem, sem colocar em risco o paciente?

13 - A autora tem conhecimento dos momentos de higiene de mãos para os cuidados do paciente?

14 - A autora sabe fazer procedimentos como: aferir pressão, oximetria, temperatura, frequência cardíaca e respiratória.

15 - A autora conhece os parâmetros de normalidade e momentos de intervir em caso de emergência?

16 - A autora tem conhecimentos das vias de administração de medicamentos, ação esperada e adversa dos medicamentos? “

4. DISCUSSÃO

A discussão está vinculada a elementos objetivos e subjetivos presentes nos dados disponíveis (atestados, prontuário, declarações e acompanhamento da avaliação do médico perito), com destaque na realização de resposta aos quesitos do médico assistente técnico da empresa.

Com relação aos elementos vinculados à saúde da autora, ela realizava acompanhamento médico, prioritariamente por clínico geral, sem Registro de Qualificação de Especialista (RQE). A autora fazia uso contínuo de medicação para transtorno mental, sem data de início disponível, mas apresentava receita do dia 10/01/2023, sem evidências de tratamento psicoterápico. Não havia elementos técnicos que identificasse a qualidade do sono da autora, mas com receita de benzodiazepínico, ao qual é utilizado também e utilizado para este fim. Desde o início das suas atividades laborativas, formalizou junto à Divisão de Gestão de Pessoas requerimento para recebimento do benefício auxílio-doença, referente ao seu filho menor e autista, o qual foi concedido.

Com relação a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) da empresa, a autora procurou a USOST aproximadamente 60 dias antes do seu desligamento. Na ocasião, relatou a falta de adaptação ao exercício profissional no setor por questões laborais (estresse do setor, falta de empatia dos colegas) e pessoais (debilidades funcionais do filho e mãe). A USOST encaminhou a autora para avaliação e acompanhamento da psicologia ocupacional e reforçou a necessidade de acompanhamento de médico assistente, com ênfase na saúde mental.

Não houve elementos técnicos para responder aos quesitos referentes à capacidade funcional, segurança pessoal e do paciente, conhecimento dos parâmetros vitais de normalidade/anormalidade dos pacientes, conhecimentos das vias de administração de medicamentos, a ação esperada e adversa dos mesmos, conhecimentos sobre procedimentos básicos de enfermagem. Não houve elementos que evidenciassem o tempo de formação da autora como Técnico em Enfermagem e/ou Enfermeira, nem que evidenciassem em quais locais a autora exerceu atividades profissionais na área assistencial antes de ingressar na referida empresa, e sem elementos que evidenciassem a pontualidade e a assiduidade da autora.

A partir do contexto apresentado e o seu impacto nas relações de trabalho, o objetivo deste Relato de Caso foi discutir os aspectos que envolviam a capacidade laboral através dos quesitos periciais médicos e sua possível interação destes com os determinantes sociais de saúde que possam ter alguma influência na aptidão da trabalhadora.

Conceitualmente, as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde (Buss e Pellegrini Filho, 2007)

A OMS (2002) define os determinantes sociais da saúde como as circunstâncias em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e o conjunto amplo de forças e sistemas que dão forma às condições da vida de uma determinada população. Essas circunstâncias resultam da distribuição dos recursos e do poder nos âmbitos mundial, nacional e local. São influenciadas pela forma como a sociedade se organiza para tomar e implementar decisões (governança), pelas políticas públicas de modo geral e pela cultura e valores sociais.

De acordo com Dahlgren e Whitehead (1991), O primeiro nível se refere às características individuais como idade, sexo e fatores genéticos, pontos que são impossíveis de serem alterados.

O segundo nível, tem o estilo de vida dos indivíduos, sendo possível modificar o curso das doenças, com a prevenção de agravos.

E o terceiro nível introduz as redes sociais e comunitárias, todo indivíduo faz parte de um grupo social, seja familiar, seja na escola, serviço ou na própria comunidade onde está inserido, então preservar os vínculos entre essas relações faz parte do determinante de saúde, uma vez que ter apoio ajuda a diminuir os riscos sociais e de vulnerabilidade do trabalhador.

O contexto socioeconômico e político define diferentes exposições a riscos à saúde e vulnerabilidades em termos de condições de saúde e acesso a recursos. Essas exposições e vulnerabilidades são retratadas por meio de um sistema de estratificação social em que cada estrato é definido conforme a renda, a educação, a ocupação e a capacidade de influenciar a tomada de decisões relevantes para a sociedade. Além desses estratificadores, a posição social também é condicionada por características individuais (Fig. 1), como gênero, idade, raça/etnia, incapacitações físicas e mentais, inclusive as derivadas de heranças genéticas, localização geográfica ou outras características historicamente ligadas à discriminação e exclusão.



Figura 1 – Determinantes Sociais de Saúde, de acordo com Dahlgren e Whitehead (1991),

Com estas premissas, a OMS adotou o modelo proposto por Solar e Irvin (2010) como um novo marco conceitual para as discussões e estrutura dos Determinantes Sociais de Saúde (Fig. 2). A base estrutural demonstra como os fatores sociais, políticos e econômicos estabelecem um sistema de posições socioeconômicas, que segregam os grupos populacionais mediante sua renda, nível educacional, situação ocupacional, classificação de gênero, raça/etnia, dentre outros fatores. Estas posições determinam diferentes níveis de suscetibilidade e agravos à saúde (determinantes

intermediários de saúde), evidenciando a posição de cada um no conjunto das hierarquias sociais.

Os determinantes intermediários correspondem a um conjunto de fatores que influenciam a saúde das pessoas, tais como as condições de moradia e trabalho, a qualidade do ar, o acesso e a disponibilidade de alimentos, os estilos de vida, a condição genética, as situações estressantes, a inexistência de apoio social, e as barreiras de acesso ao sistema de saúde. A coesão social e o capital social, por sua vez, atravessam tanto a dimensão estrutural quanto a intermediária (SOLAR E IRVIN, 2010).

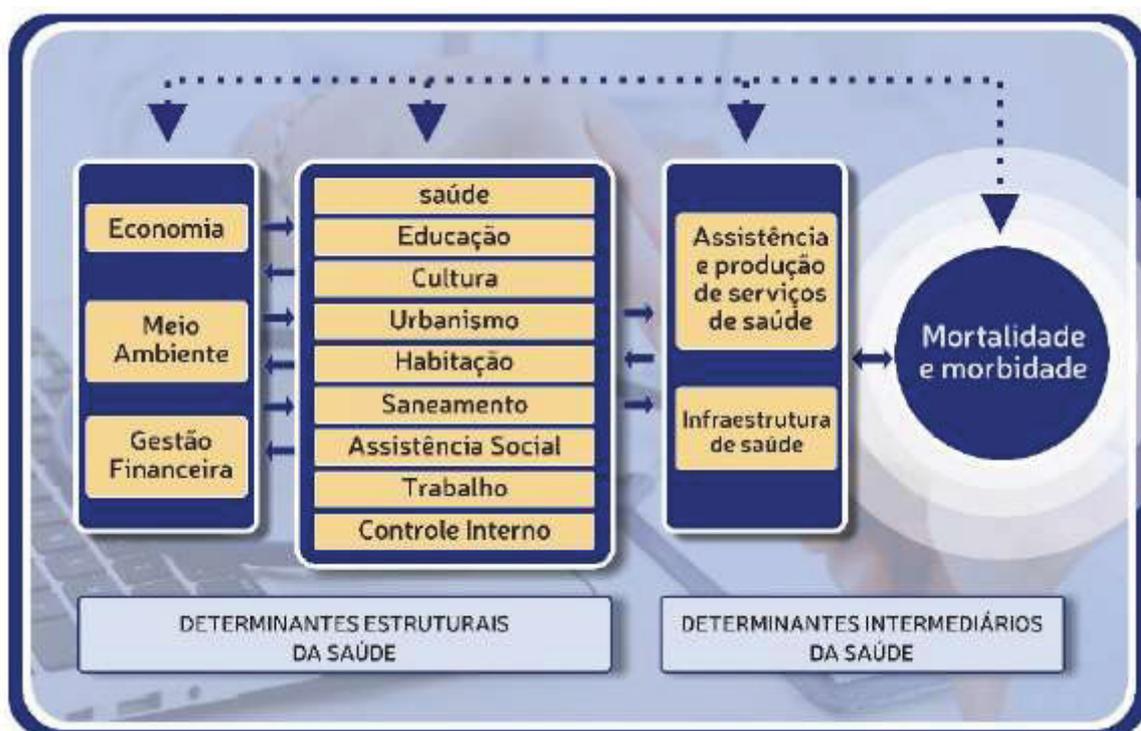


Figura 2: Determinantes Sociais de Saúde, conforme Solar e Irvin (2010)

Alguns determinantes influenciam diretamente os problemas de saúde mental como os fatores sociais, culturais e econômicos que têm uma influência direta na prevalência e intensidade dos problemas de saúde mental em todos os gêneros e faixa etária ao longo da vida (Lund., C. et al, 2018).

Observa-se primariamente no caso, de maneira contundente, os determinantes estruturais, analisando-se as possíveis consequências do fenômeno da migração que é o deslocamento de pessoas, seja dentro ou entre países, por motivos diversos, como econômicos, políticos, ambientais ou familiares. As migrações podem ser temporárias

ou permanentes, e podem envolver indivíduos, famílias ou grupos. Porém os migrantes podem enfrentar diversos desafios, como barreiras linguísticas, culturais e sociais, além de discriminação e violência. Sendo assim, a migração é um fenômeno complexo que tem um impacto significativo na sociedade e no indivíduo (OPAS, 2019). Ao longo do seu percurso migratório, os grupos afetados podem estar expostos a fatores de risco que aumentam a sua vulnerabilidade a problemas de saúde mental. Estes fatores incluem:

- Problemas de saúde física concomitantes: doenças crônicas, lesões ou traumas físicos.
- Tratamento discriminatório: preconceito, hostilidade ou violência por parte de autoridades, membros da sociedade civil ou outros migrantes.
- Violência sexual e de gênero, abuso e tráfico de seres humanos: experiências traumáticas que podem causar danos psicológicos significativos.
- Acesso inadequado a habitação, saneamento e água potável: condições precárias de vida que podem levar a estresse, ansiedade e depressão.
- Insegurança alimentar: falta de acesso a alimentos suficientes e nutritivos.
- Falta de acesso a medicamentos ou cuidados de saúde para pessoas com doenças pré-existentes: incapacidade de obter o tratamento necessário para doenças crônicas ou condições médicas agudas (OPAS,2019).

No quesito gênero, em especial na América do Sul, as mulheres enfrentam uma distribuição injusta de oportunidades, poder, recursos e responsabilidades. Elas são mal remuneradas, estão sub-representadas em posições de liderança e sofrem discriminação, violência e assédio com base no gênero (OPAS, 2010).

Além disso, as mulheres continuam a predominar no setor informal, onde são responsáveis pela maior parte do trabalho de cuidado de crianças, doentes e pessoas com deficiência. Isso limita seu acesso a recursos e informações para cuidados de saúde, bem como a cobertura de pensões e seguros de saúde (OPAS, 2010). Drasticamente, as mulheres desta região têm 1,5 vezes mais probabilidade de ter transtornos depressivos do que os homens e duas vezes mais probabilidade de ter transtornos de ansiedade (OMS, 2017).

Considerando-se exemplos de determinantes intermediários de saúde, observa-se o período que envolveu a pandemia de COVID-19 ao qual provocou um considerável aumento nos inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos de saúde mental como: a perda de familiares e amigos, a insegurança financeira, o isolamento, desemprego e até a exacerbação de traumas e abusos (OPAS, 2023).

Aparentemente ninguém ficou imune ao impacto da pandemia. Contudo, no que tange a saúde mental, alguns grupos, com ênfase aos profissionais de saúde, e em especial os que estiveram na linha de frente do combate à pandemia foram expostos a altos níveis de estresse e ansiedade (Tausch, A. et.al, 2022).

No que se refere a atenção a saúde, mesmo que a periciada esteja em um local de referência do SUS conforme o Ministério da Saúde (2022), curiosamente realizava atendimentos com profissional médico, não especialista em saúde mental de sua cidade de origem, de forma remota com protocolos de tratamento não condizentes ao seu possível distúrbio, evidenciando uma falha significativa no sistema desde o acesso até a assistência independente do formato de atendimento. Quanto à qualificação profissional, observa-se que a foi aprovada em concurso público nacional, contudo seria pertinente uma discussão mais ampla dos critérios e dos instrumentos de avaliação. Mas ressalta-se que a autora deveria ter a mínima aptidão para tais funções, por serem elementos constituintes essenciais e básicos da sua formação técnica profissional.

5. CONCLUSÃO

O caso em discussão, para fins periciais, apresentava uma profissional com uma fragilidade social que necessitava de acompanhamento de saúde regular, com ênfase na saúde mental.

Ressalte-se que o profissional de saúde, em especial os que atuam em assistência direta com o paciente, como o que ocorre com os técnicos de enfermagem, que exercem suas atividades na linha de frente do cuidado à saúde, tem contato direto com a realidade social e seus diversos determinantes. Compreender a influência desses fatores no ambiente de trabalho é crucial para a atuação eficaz do colaborador de enfermagem, possibilitando uma assistência mais holística e humanizada. Desta maneira, inserir os determinantes sociais no olhar do empregador deveria ser contemplado. Este olhar mais ampliado poderia reforçar a promoção e prevenção da saúde mental no local de trabalho.

Certas ações podem ser tomadas pelo empregador ou pela organização que podem ajudar a reduzir o sofrimento psicológico e melhorar os resultados relacionados com o trabalho, como a satisfação no trabalho, o absentismo e o seu desempenho. Estas incluem a oferta de regimes de trabalho flexíveis, o incentivo ao envolvimento do pessoal nas decisões sobre o seu trabalho e a modificação do horário de trabalho para permitir o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Estas medidas são mais eficazes se fizerem parte de um programa mais amplo, com formação em saúde mental para gestores e atividades que apoiem os funcionários, como atenção plena e gestão do stress.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Buss, P M; Pellegrini Filho, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. In *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007

Lund, C., Brooke-Sumner, C., Baingana, F., Baron, E. C., Breuer, E., Chandra, P., et al. (2018). Social determinants of mental disorders and the Sustainable Development Goals: a systematic review of reviews. *Lancet Psychiatry*, 5(4), 357-369. doi:10.1016/S2215-0366(18)30060-9

Falta de oxigênio nos hospitais do Amazonas por causa da alta de Covid-19. (2021, 20 de janeiro). Radioagência Nacional. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-01/falta-oxigenio-nos-hospitais-do-amazonas-por-cao-da-alta-de-covid-19>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Ministério da Saúde. O papel da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da covid-19. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/noticia/19136>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde. (1946). Disponível em: <<https://www.who.int/about/who-we-are/constitution>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Organização Mundial da Saúde. 10 fatos sobre saúde mental. (2023). Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/mental-health>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Organização Mundial da Saúde. (2014). Saúde mental: um estado de bem-estar. Disponível em: <https://www.who.int/features/factfiles/mental_health/en/>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde. (2019). Documento de orientação sobre migração e saúde. Washington, D.C.: OPAS. [Acesso em 4 de março de 2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/es/documentos/documento-orientacion-sobremigracion-salud>

Organização Pan-Americana da Saúde. (2010). Plano de Ação para a Implementação da Política de Igualdade de Gênero da OPAS 2009-2014. Washington, D.C.: OPAS. [Acesso em 15 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/6036>.

Organização Mundial da Saúde. (2017). Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas globais de saúde. Genebra: OMS. [Acesso em 8 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>.

Organização Mundial da Saúde. Determinantes sociais da saúde. Genebra: OMS, 2022. [Acesso em 15 de setembro de 2023]. Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health>>.

Solar, O.; Irwin, A. A conceptual framework for action on the social determinants of health. Social Determinants of Health. Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: WHO, 2010.

Tausch, A., Oliveira e Souza, R., Martínez Viciana, C., Cayetano, C., Barbosa, J., & Hennis, A. J. M. (2022). Strengthening mental health responses to COVID-19 in the Americas: A health policy analysis and recommendations. *Lancet Regional Health - Americas*, 5(1), 100118. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100118>